

O COLONIZADOR DO BRASIL: IMAGENS DE PORTUGAL E DOS PORTUGUESES NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL *

Lívia Neves de Holanda Barbosa**
Irene C. de Medeiros-Portela***

1. Introdução; 2. Por que o livro didático? 3. Dados sobre a pesquisa; 4. Portugal e os portugueses na história colonial do Brasil; 5. Traços recorrentes da imagem de Portugal na história colonial; 6. Comentários conclusivos.

1. Introdução

A antropologia social tem vindo a ampliar seu campo de reflexão a quase todas as áreas do ser e do fazer sociais: práticas e ideologias, crenças e mitos; exóticos e próximos, rurais e urbanos (DaMatta, 1981). Um dos aspectos mais interessantes propiciados pela visão antropológica — e o que garante a relevância de sua aplicação às diversas expressões sociais — é a “desnaturalização” de conceitos que necessariamente propõe (Foucault, 1985).

A antropologia não afirma que uma dada prática ou uma dada ideologia sociais sejam boas ou más em essência. Nem que sejam piores ou melhores do que quaisquer outras. Afirma apenas sua relevância, sua pertinência, do ponto de vista da compreensão do social e busca, então, desvendar a gramaticalidade lógica e relacional que lhes está por detrás. O pensamento antropológico não é, deste modo, um discurso “verdadeiro”, no sentido em que nos habituamos a esperar critérios de “verdade” dos discursos científicos. Limita-se a propor outras e novas leituras desses fenômenos, mostrando-os sob novas perspectivas.

É freqüente acusar-se a antropologia de não oferecer nenhuma alternativa, nenhuma proposta, para as práticas e ideologias sociais que analisa. Sem dúvida este é um dos elementos mais desconfortáveis do saber antropológico. Contudo, é também o traço que melhor distingue a antropologia dos demais “saberes” sobre o

* O presente trabalho é fruto de um projeto mais amplo sobre as imagens de Portugal e dos portugueses no Brasil, coordenado pelo Prof. Dr. Roberto DaMatta e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, Portugal.

** Doutora em antropologia social pelo PPGAS—MN—UFRJ; professora-adjunta de antropologia na UFF.

*** Redige dissertação de mestrado no PPGAS—MN—UFRJ, no qual é estagiária.

social e o que melhor caracteriza a sua riqueza potencial. Para usar a terminologia de Umberto Eco, um autor tão na moda, o que a antropologia nos oferta à reflexão assemelha-se a uma “obra aberta” (ECO, 1976). Propõe-se ao leitor, co-observador da sociedade e de si mesmo, outras leituras de fenômenos que antes tínhamos como dados, “verdadeiros”, “naturais”. Sem oferecer soluções, o pensar antropológico está, no entanto, na própria linha das mudanças. Falar sobre um objeto social tem como condições tirá-lo de sua posição inicial, colocá-lo sob um prisma diferente daquele por que nos habituamos a vê-lo, “desnaturalizá-lo”.

A análise que fazemos a seguir, do português nos livros didáticos de história do Brasil, situa-se nesta perspectiva antropológica. Não chega a ser uma novidade um trabalho de desvendamento das informações transmitidas através deste veículo. Everardo Rocha (1979) e vários outros autores como Gisálio Cerqueira e Laura Franco vêm, sistematicamente, explorando, nos últimos anos, o universo complexo e rico que são os livros didáticos: um dos discursos mais fundamentais para veicular e forjar crenças e valores, mitos e ideologias, idéias e certezas, sobre nós, sobre os outros e sobre o que nos cerca. O presente trabalho situa-se também no âmbito de uma pesquisa, que vimos desenvolvendo sob os auspícios da Fundação Calouste Gulbenkian de Portugal, sobre as imagens de Portugal e dos portugueses na sociedade brasileira, analisando ainda suas transformações de 1930 até hoje.

Começamos este artigo com uma discussão sobre a relevância da análise dos livros didáticos. Tentamos mostrar o seu imenso significado social, já que constituem a primeira reflexão sistemática sobre o “nós” e sobre o “outro”. Em seguida, procuramos ver como a imagem dos portugueses tem seus contornos definidos, nos livros didáticos de história do Brasil, de acordo com os diferentes momentos da história – e respectivos personagens e valores – que estão em cena. Realçamos também os traços estruturais da imagem do português, do *colonizador*, para refletir sobre as implicações de termos, no vértice da nossa “história”, uma espécie de *brasileiro às avessas*, de herói negativo na base da construção da idéia do Brasil como nação.

Talvez seja conveniente reiterar que não pretendemos, portanto, oferecer nenhum manual sobre como os livros didáticos devem ou não encarar os personagens da história do Brasil, sejam eles o português, o negro ou o índio, ou ainda os ciclos, as fases, as etapas, que povoam os livros.

Nossa intenção é apenas mostrar que as imagens e as idéias veiculadas obedecem a determinados critérios, gramáticas, propósitos, e que, desta maneira, não são realidades auto-evidentes. Debater, por exemplo, se o Brasil foi descoberto por acaso ou intencionalmente pelos portugueses escapa ao nosso propósito. Tampouco nos interessa saber se Portugal só assumiu a colonização do Brasil por causa de dificuldades enfrentadas na comercialização dos produtos da Índia ou se, muito

pelo contrário, os projetos de estabelecimento na Índia e colonização do Brasil eram vistos como adequadamente concomitantes. Este debate é, talvez, tarefa para historiadores, não para antropólogos. A nós, interessa-nos apenas apontar alguns dos critérios que presidem a escolha dos temas, a ênfase que lhes é dada, a recorrência com que aparecem, e a imagem de português colonizador e de Brasil que quisemos, por esta via, construir e afirmar.

2. Por que o livro didático?

Vale a pena aprofundar agora os significados sociais de que se reveste o livro didático e, em particular, o livro didático da história do Brasil. O leitor deve com certeza perguntar-se: em que medida esse veículo nos ajuda a perceber os mecanismos de construção da imagem de Portugal e dos portugueses na sociedade brasileira? E quais as implicações que essas imagens têm enquanto expressões de nós mesmos?

O primeiro passo para respondermos a essas indagações encontra-se, acreditamos, na compreensão do sentido que a história possui para a sociedade ocidental. O estruturalismo de Lévi-Strauss (1970) ensinou-nos que, entre nós ocidentais, a perspectiva histórica funciona como uma teia de significado próprio, por meio da qual algumas sociedades, e a nossa entre elas, escolheram se representar. Através dessa teia estabelecemos a continuidade entre grupos humanos diferentes e tempos distintos, definindo um espaço contínuo onde antes só existia a diferença e a segmentação: "Graças à dimensão temporal, a história restitui, não estados separados, mas a passagem de um estado a outro, sob forma contínua." (Lévi-Strauss, 1970, p. 292).

Se, entretanto, a perspectiva histórica é fundamental para nós, fornecendo uma moldura básica para todos os acontecimentos, nem todas as sociedades se explicam pela história. "A classificação em grupos finitos", isto é, o fenômeno do "totemismo", como demonstrou Lévi-Strauss (1975), permite a um grande número de sociedades estabelecer a continuidade social através de diferenciações lógicas (cf. DaMatta, 1981; 1986). A história é uma maneira específica de falar da origem, do acontecimento, do tempo. É, portanto, apenas uma alternativa entre outras de dar sentido aos fatos; não é uma via única, universal e exclusiva de se apreender a realidade, como às vezes se pensa.

O livro didático de história do Brasil é um elemento fundamental neste contexto do significado que a história possui para a nossa sociedade. Ele apresenta, de forma condensada, tudo o que é percebido como importante e significativo por um determinado grupo social. No seu espaço encontramos, desde cedo, os fatos, as datas e os personagens que todos nós devemos conhecer, pois formam o conjunto de informação básica e significativa com que construímos o "nosso passado".

No espaço restrito dos livros didáticos de história do Brasil, vemos surgir, de forma clara e inequívoca, as primeiras imagens que tecemos para explicar o que e por que somos a nós mesmos e aos outros. Assim sendo, as imagens veiculadas nos livros didáticos, "são geradoras de um cosmos: sistema de idéias e relações que uma sociedade toma como invariante" (DaMatta et alii, 1987). Através delas entramos em contato com o mundo público, impessoal e anônimo das regras universalizantes a que todos estamos submetidos, como membros de uma coletividade específica.

No sistema educacional, de formação e informação, o livro didático realiza a mediação entre todo esse processo e o aluno. Junto com o professor situa um conjunto de informações "objetivas", num contexto social onde tudo o que é transmitido é "lido" a partir de um conjunto de valores e relações já dados. Portanto, parece claro que é, normalmente, nos primeiros momentos de contato com o saber acadêmico que a maior parte das nossas representações são transmitidas. Paralelamente aos outros meios de comunicação, a escola nos coloca frente a uma série de informações que irão moldar, inclusive, as representações existentes sobre Portugal e os portugueses. O livro didático, um dos principais instrumentos do processo pedagógico que utilizamos é, desta forma, domínio fértil para o desvendamento da lógica relacional que preside as imagens apresentadas e, assim, da problemática da nossa sociedade.

Para além dessa dimensão teórica, dois outros aspectos nos parecem elucidativos do alcance dos livros didáticos e de sua força de informação. Primeiro, a fragmentação e a sistematização do "saber histórico" que promovem. Segundo, o tamanho e amplitude de suas tiragens e distribuição, e a conseqüente verticalização do conhecimento transmitido.

O livro didático é dirigido a um público específico. Dentro da filosofia educacional atual, isto requer a adoção de uma linguagem particular, que facilite a fixação das informações transmitidas. Um dos elementos-chave nesta linguagem é a apresentação sob uma forma que podemos denominar fragmentada. A fragmentação do conhecimento, dentro da filosofia pedagógica corrente, supõe que as informações são fixadas pelo público infantil, de modo mais fácil, quando estão em blocos de limites bem demarcados, guardando bastante independência dos demais. Os conhecimentos não são contextualizados, e, deste modo, a fragmentação presta-se ao surgimento de imagens não-nuançadas, com caráter quase absoluto, caricatas.

A fragmentação das informações contidas nos livros didáticos vem junto com a tendência à sua repetição exaustiva, reforçando, de forma contundente, as imagens transmitidas. Os livros de história do Brasil apresentam, portanto, ao público infantil, um conhecimento fragmentado e reduzido. Os blocos estanques e a

repetição das informações fazem com que as imagens e idéias sejam automatizadas, não permitindo nenhuma reflexão crítica. Conseqüentemente, a imagem de Portugal e dos portugueses nos livros didáticos, que analisamos a seguir, tem características próprias, derivadas da especificidade da "linguagem didática".

A verticalização das imagens transmitidas através dos livros didáticos resulta, em parte, do volume de suas tiragens. Há casos de obras com mais de 40 milhões de exemplares vendidos; um livro que tenha obtido relativo sucesso vendeu, pelo menos, 1 milhão de exemplares. Existem autores com editora própria e grande número de editores dedicam-se exclusivamente a esse mercado fabuloso, em termos de cenário editorial brasileiro. (*Jornal do Brasil*, 15 fev. 1987). Estes números evidenciam que as informações transmitidas através dos livros didáticos têm um caráter massificante. Embora a educação e o processo pedagógico estejam relacionados com *status* e poder econômico, os mesmos livros didáticos são manuseados por um público infantil de origens sociais muito variadas. A existência de um órgão ligado ao MEC encarregado da compra e distribuição de material escolar reforça, ainda mais, a idéia de que as informações contidas nesse veículo de informação devem ser partilhadas por todo o público escolar brasileiro. Numa sociedade onde a escolarização é um valor importante, os livros didáticos são, portanto, um dos instrumentos mais significativos de veiculação e reprodução do nosso sistema de idéias, crenças e valores.

Para compreender alguns aspectos básicos da imagem brasileira de Portugal e dos portugueses, o uso dos livros didáticos de história do Brasil parece-nos, assim, bem justificado. Nos textos de história do Brasil os nossos colonizadores são vistos, recorrentemente, a partir de alguns poucos traços fundamentais, que vamos mostrar a seguir.

Estes traços não são, "objetivamente", os únicos e os mais importantes da nossa colonização. Porém, são os que singularizamos na leitura do "nosso passado", os que quisemos tornar paradigmáticos. Antes ainda de passar à análise dos textos propriamente dita, convém examinar alguns dados sobre a pesquisa feita.

3. Dados sobre a pesquisa

A pesquisa foi realizada de forma intermitente, durante 12 meses, entre 1985 e 1986. Foi consultado um total de 20 textos didáticos. Para fins desse trabalho considerou-se "livros didáticos" todos os livros-texto indicados para os cursos de História do Brasil ou de Educação Moral e Cívica de dois estabelecimentos de ensino da zona sul do Rio de Janeiro. Consideraram-se também os livros que, mesmo sem serem adotados oficialmente nos cursos, se auto-intitulavam "didáticos". Todos os livros utilizados, com exceção dos anteriores à década de 50,

encontravam-se à disposição dos alunos nas bibliotecas das escolas pesquisadas e eram, portanto, de fácil acesso e manuseio.

A maior parte do material consultado é utilizado nas 4^a, 5^a e 6^a séries do 1^o grau, cujos alunos têm, em média, 10 anos de idade. Do ponto de vista formal, os livros didáticos consultados apresentam, ao longo do tempo, diferenças consideráveis na linguagem e no emprego de ilustrações. Os mais antigos só apresentam algumas reproduções, de estilo naturalista. Os mais atuais, principalmente os da década de 70 em diante, são muito ilustrados. Alguns até com estórias em quadinhos.

Os métodos de fixação dos livros-texto também apresentam diferenças.

Entre a década de 30 e a década de 60, os exercícios resumem-se, em sua maioria, a questionários sobre a matéria dada. Desta década em diante constata-se uma grande quantidade e variedade de exercícios de fixação: questionários, lacunas para preencher, quebra-cabeças, palavras-cruzadas, etc. Alguns vêm acompanhados de exemplos já preenchidos, cujas respostas são iguais às dos textos dados. Este último aspecto faz com que certas imagens, dentre as transmitidas, sejam reforçadas, pelo automatismo adicional das respostas e pela falta de reflexão que os exercícios supõem.

Embora o foco central desta pesquisa estivesse na análise dos textos propriamente ditos, achamos interessante complementá-la com material oriundo de entrevistas com alunos de uma das escolas, sobre o Brasil, os brasileiros e sua história. Nosso objetivo com a utilização de material de outras fontes foi contextualizar o livro didático, justamente através de seu maior consumidor direto: o estudante. Esperávamos ver se os traços principais da imagem de Portugal e dos portugueses na história do Brasil nos livros didáticos também correspondiam aos elementos mais recorrentes no público estudantil.

4. Portugal e os portugueses na história colonial do Brasil

A imagem de Portugal e dos portugueses nos livros didáticos passa por transformações, de acordo com as etapas da história do Brasil que estão sendo apresentadas. Os traços definidos em cada uma são, é claro, coerentes com os — e propiciadores dos — contornos gerais que definem Portugal e os portugueses na nossa história colonial.

Podemos distinguir na história do Brasil três blocos temáticos que apresentam características próprias quanto à ênfase ou ausência dos contornos gerais associados a Portugal e aos portugueses. É conveniente demarcar esses três blocos, que consideramos importantes. A primeira etapa é a do descobrimento e dos pri-

meiros anos da colonização. Os *portugueses* têm, nesse momento, uma valorização positiva, quando o que lhes é associado é o *mar*, o “nascimento” do Brasil, e quando são interpretados a partir da idéia da *miscigenação racial*. A vertente negativa que, desde essa fase, será predominante nos significados atribuídos a Portugal na história colonial, também já se faz presente. A tematização do abandono ou descaso com o Brasil, segue-se o anonimato social e o caráter detritário dos *portugueses* — *elemento branco* — que vieram ou foram deixados no Brasil e, ainda, a postulação do fracasso geral das capitânicas hereditárias e avaliações ambíguas ao sucesso dos governos gerais. O estabelecimento na *costa*, a *miscigenação* com os *índios da terra descoberta* e, embora de forma menos direta, a implantação do trabalho *escravo* e o aporte do *elemento negro* ao *caldo racial* são os únicos elementos portugueses que têm uma valorização basicamente positiva.

O segundo bloco tem como símbolo máximo as “entradas e bandeiras”. É fato digno de nota que este capítulo surge em separado nos livros didáticos, sem que se estabeleça uma relação cronológica com os aspectos de *administração portuguesa* e espanhola que estão ocorrendo. Além disto, ao capítulo das *entradas e bandeiras* segue-se, quase inevitavelmente, “a defesa do território e o sentimento nacional” (cf., p. ex., Moraes, 1960, p. 10, e Silva, 1964, p. 137), que pode também intitular-se “formação do Brasil” (cf. Ribeiro, 1935, p. 198). Nesta etapa o português tem o seu anonimato acentuado. A sua incapacidade administrativa como *colonizador* também está implícita, na medida em que as *bandeiras dos brasileiros* são os únicos protagonistas enfatizados aqui. Os empreendimentos das *entradas* — “de menor vulto e anteriores (. . .). De menor penetração, nunca passaram além da linha demarcada pelo Tratado de Tordesilhas” (Moraes, 1960, p. 91—2) — são apenas opostos para as *bandeiras*.

A tarefa dos *portugueses* limita-se à defesa da costa, contra “corsários e piratas franceses e espanhóis” (Silva, 1964, p. 39), e à fundação e ocupação das *áreas litorâneas*, as únicas funções que cabem àquele que definimos, assim, como nosso *colonizador* face aos demais *estrangeiros*. O *desbravamento do sertão* é um empreendimento que só os *brasileiros* e, em particular os *paulistas*, regionalizados, podem efetuar. A participação portuguesa no *caldo racial* que desembocou nos *brasileiros* já está dada e os chefes das bandeiras, os *bandeirantes* propriamente ditos, que são singularizados, são parte da nova *raça brasileira*: “Só a formação de uma raça inteiramente aclimada ao sol e ao céu do Brasil, como era a dos paulistas, poderia preparar tamanhos resultados (. . .). Recolhem por toda parte as lendas e histórias dos índios que falam de outros países distantes e de caminhos ainda não trilhados pela civilização” (Ribeiro, 1935, p. 226; tb. cit. in Silva, 1964, p. 128).

Vemos assim as *bandeiras* serem descritas como um verdadeiro “Brasil em movimento”, com todos os seus componentes rícos — o *elemento branco* associado

ao topo hierárquico da *bandeira* —, com condições próprias de suprir suas necessidades econômicas e, até, com um sistema de justiça direto e específico. Nas *bandeiras* “tomavam parte gente de toda a espécie, homens, mulheres, negros, índios, mestiços, padres, meninos. Levam todas as qualidades de animais domésticos, além de bestas de carga e gado para alimentação. Conduziam as mais diversas armas. Davam a impressão de uma cidade em movimento (. . .). Não raro surgiam rixas, desavenças, revoltas, traições. Nestas ocasiões os chefes usavam da maior energia, punindo a muitos, sacrificando sem dó” (Moraes, 1960, p. 92–3).

Da análise da fase da história colonial que tem como símbolo as *bandeiras*, ficamos com uma pergunta: por que é que as *bandeiras* não constituíram uma alternativa definitiva para o Brasil? A resposta a esta questão leva-nos diretamente à terceira etapa, a da Independência, com características próprias no tocante aos significados atribuídos a Portugal e aos portugueses na nossa história colonial. O problema tem implicações graves, remetendo até para dilemas atuais, não resolvidos, da sociedade brasileira. A resposta que podemos avançar leva-nos também aos aspectos de Portugal enfatizados na Independência, já que aqui estão em jogo, mesmo que pela ausência, todos os traços característicos da imagem de Portugal e dos portugueses no Brasil.

Deste modo, as *bandeiras*, apesar de serem obra da nova *raça brasileira*, de *desbravarem o sertão* — inexpugnável ao e pelo *português branco colonizador* —, de serem verdadeiros “*brasis em movimento*”, não constituem uma alternativa de Brasil devido ao seu caráter isolado. Para avançar, os *paulistas* separam-se do restante do todo Brasil, do Brasil nação. A dilatação *geográfica das fronteiras* é obra deles; contudo, o seu reconhecimento político só pode dar-se a partir do Brasil tomado em conjunto, que ainda tem como símbolo de unidade Portugal como colonizador. As negociações dos *novos tratados*, que o reconhecimento das fronteiras abertas requer, são então feitas por *brasileiros*, mas sob a égide de Portugal como metrópole, uma vez que o contexto significativo é a representação externa do Brasil.

Há ainda outro elemento que é chave para se responder à pergunta que fizemos: a representação do *elemento branco português* como anônimo e/ou detritário, socialmente. A *nova raça* de paulistas — os *bandeirantes* — tem, assim, no vértice da pirâmide da *mistura racial* de que se originou, um componente negativo. A justiça, a economia, as relações sociais, em suma, o modelo social que os *chefes das bandeiras* preconizam, estão destinados a não ter um sinal univocamente positivo. O modelo social das *bandeiras* não pode constituir-se numa alternativa para o Brasil porque não representa a nação brasileira e porque a unidade brasileira depende, ainda, da submissão a uma metrópole. Mas do que isto, porém, a im-

possibilidade deve-se à visualização de Portugal sob um prisma negativo, contido e suposto, exatamente, na sua ausência do capítulo das *bandeiras brasileiras*.

Os portugueses que Portugal nos enviou e nos deixou são detritários, socialmente falando, avesso de qualquer coerência social, e não servem de base para a definição dos novos “caminhos ainda não trilhados pela civilização” – de que nos falava João Ribeiro – ofertados, como virtualidade, às *bandeiras*. Os *portugueses*, como *colonizadores*, definiram e marcaram a predominância valorativa do *elemento branco*, e, assim, sinalizam a dificuldade brasileira de definir um modelo social próprio e com um claro valor positivo. A incapacidade política e administrativa portuguesa pode, desta maneira, ressurgir como contorno básico de Portugal, na etapa da Independência, a terceira que achamos interessante analisar aqui.

Um dos contrastes que os livros didáticos oferecem à incapacidade portuguesa é a administração de Maurício de Nassau do *Brasil holandês*, que antecede, quase sempre imediatamente, o subcapítulo “manifestações nativistas” (cf., p. ex., Silva, 1964, p. 165). Sobre Nassau, na parte de “revisão” da matéria, um livro didático diz-nos. “João Maurício de Nassau - governador do Brasil holandês – introduziu em Pernambuco notáveis melhoramentos, fazendo sábio governo” (Moraes, 1960, p. 116). Neste contexto, os textos didáticos discutem Calabar, etc., e fazem a apologia da luta dos *brasileiros* pela libertação dos vários tipos de má administração colonial, seja a dos sucessores de Nassau, seja o que vai ser tematizado logo a seguir – a dos *portugueses*.

Em momento algum os livros didáticos reduzem ou destituem de relevância a necessidade do *certificado de nascimento do Brasil*, de uma Descoberta, símbolo da integração da nação brasileira ao mundo ocidental e civilizado. Mas ter como descobridor e colonizador Portugal só trouxe, como único resultado positivo, individualizador, o mito das *três raças* na base da *raça brasileira*. Todos os outros contornos associados ao *colonizador português*, da história colonial brasileira, são negativos e, até hoje, sugerimos a vantagem que teria existido na colonização por países da Europa Central. Se a civilização ocidental veio a ter como paradigmas a Europa Central, protestante, e o mundo anglo-saxão, porque é que não fomos logo, como os Estados Unidos, crias suas, ao invés de crias de Portugal, país periférico e mau representante do mundo moderno ocidental?

A Independência do Brasil está, portanto, justificada, a partir do modo como os textos didáticos tratam do século das *bandeiras*, do século XVII. A vinda da família real para o Brasil é apenas mais uma expressão da incapacidade política portuguesa, de que Portugal não tinha peito, não tinha tamanho, ou seja, de que Portugal não merecia o Brasil, não quis e não soube ser seu *colonizador*. A elevação do Brasil à categoria de “Reino Unido de Portugal e Algarves” é mencionada rapidamente nos livros didáticos. A Inconfidência Mineira já servira para exem-

plificar a conveniência econômica da Independência do Brasil, assim como a Insurreição Pernambucana ilustrara a conveniência administrativa. Faltava apenas a conveniência política, que foi conseguida com a vinda da família real para o Brasil. Portugal nada mais tem a ofertar que interesse; melhor dizendo, já não teve, desde as *bandeiras*. Não adianta pois de nada manter a figura de uma *metrópole colonizadora*. Todos os domínios sociais relevantes, típicos de uma nação ocidental moderna, devem estar no Brasil, participar do difícil convívio interno que a partir daí se estabelece. A incapacidade portuguesa de entender o Brasil à época da Independência é, então, a justificativa principal dada pelos livros didáticos para o célebre “fíco”: “Logo após o regresso de D. João VI a Portugal, as Cortes de Lisboa iniciaram uma política errada em relação ao Brasil: procuravam anular as vantagens que nossa terra alcançara durante a permanência da família real, e reduzi-la, novamente, à situação de colônia” (Silva, 1964, p. 207). Portugal deve pois — com um sinal de “até que enfim” — entrar definitivamente para o domínio da *história colonial* brasileira.

Abandonar Portugal na *história* não pôde significar, infelizmente, o abandono da *história colonial*, do “nosso passado”, da *história* como forma de “estabelecer a continuidade onde antes havia descontinuidade” — como comentamos na parte anterior do artigo. Desta maneira, passa-se a representar Portugal e os portugueses como metrópole e colonizador que gostaríamos de não ter tido, como fonte de todos os males, problemas e dilemas da história brasileira recente. As etapas seguintes da história brasileira refletem, nos livros didáticos, uma tentativa continuada e persistente de afirmar que do *período colonial* só permanecem resquícios, cada vez mais distantes à medida que nos aproximamos do Brasil de hoje. Tenta-se também, agora já em termos cronológicos estritos, e não em termos de cronologia histórica, relegar Portugal e os portugueses para o limbo do passado distante; fisicalidade e intimidade da fusão rácica e afeto seriam as únicas pontes existentes entre o Brasil e Portugal. Deste modo é que nos livros didáticos mais recentes encontramos Portugal representado de forma encompassadora por frases e subcapítulos do tipo: “Portugal e Brasil — dois grandes amigos”, “O jovem Brasil” dá as mãos a “O velho Portugal” (Hermida, 1984, p. 4).

Gostaríamos agora de analisar com mais detalhe os principais traços que, através dos textos didáticos, escolhemos para singularizar Portugal e os portugueses como nossos *colonizadores*: o anonimato com que vemos Portugal e os portugueses, representantes do ingresso do Brasil na civilização ocidental mas de que só nos chegaram elementos detritários; a incapacidade política e administrativa da nossa metrópole; e, finalmente, o traço mais encompassador da representação de Portugal nos livros didáticos, que denominamos “rejeição e presença compulsória de Portugal no Brasil”. Estes elementos possuem uma lógica interna própria, que se justapõe ao significado que desempenham nas etapas da história colonial do Brasil que acabamos de ver. É, portanto, importante perceber como esses contornos

gerais se apresentam em detalhe, como definem a imagem que temos do nosso colonizador e da nossa história colonial.

5. Traços recorrentes da imagem de Portugal na história colonial

5.1 Anonimato social e elementos detritários

Qual a imagem coerente de Portugal e dos portugueses que nos descobriram e colonizaram? Essa é uma pergunta difícil de responder de forma unívoca, pois representações distintas surgem com nitidez a partir dos aspectos diferentes que lhes estão sendo contrapostos e dos domínios considerados.

No momento do descobrimento a imagem de Portugal como país é quase a de um anônimo. A totalidade dos livros considerados começa sua narrativa com um capítulo sobre as grandes invenções do século XV e o ciclo das grandes navegações. É neste contexto que Portugal é inserido, como parte da Península Ibérica e co-responsável pelas grandes navegações. Um país *pequeno e pobre* – termos recorrentes – povoado por uma *raça* de homens intrépidos e valorosos: “Raça pobre, ativa, temperada por séculos de luta contra os infiéis (. . .). O mar abre-lhes suas infinitas perspectivas. As duas nações lançaram-se a ele: a mais oceânica das duas, Portugal, aí precedeu a Espanha” (Dubois, Marcel. Geografia Geral. In: Souza Reis, 1930, p. 11).

À medida que nos aproximamos de hoje, cada vez menos a sociedade portuguesa da época dos Descobrimentos é abordada pelos textos. O Portugal que nos chega através dos livros didáticos é um verdadeiro anônimo. Nada sabemos sobre os hábitos, costumes, estrutura familiar, etc., da sociedade portuguesa que nos veio colonizar.

Em relação ao português, como elemento humano, existe uma tentativa maior de definição e conhecimento. Em um capítulo, presente em quase todos os livros pesquisados, intitulado “formação do povo brasileiro”, encontramos o português concreto. Entretanto, a impressão inicial de que ele nos será descrito é esmaecida em face de uma análise mais cuidadosa. Esta mostra que as informações aí contidas não são acerca do português como membro da sociedade que nos colonizou, mas como representante da *raça*, hoje denominada etnia, *branca*. O conhecimento sobre ele vem junto com as informações sobre o *índio* e o *negro*, abordados também enquanto membros de *raças*, etnias, distintas. Temos então “o branco português”, “o negro africano” e “o indígena americano” como subtítulos deste capítulo, ou, ainda, “a herança branca”, “a herança negra”, “a herança índia”, “o que o índio nos legou” (Vilela, s.d.p.12).

O que de imediato chama a atenção é o caráter genérico das informações. No caso do *elemento branco* este aspecto se torna mais flagrante, já que as informações sobre o *português branco* são as menores em quantidade e as de maior generalidade. Em relação ao *índio* e ao *negro*, embora os dados fornecidos também apresentem caráter generalizante, existe uma clara e óbvia tentativa de inteirar o aluno do modo de vida dessas etnias. Vale a pena mencionar que o *elemento índio*, o *selvagem da terra descoberta*, é objeto das descrições mais longas e detalhadas. Encontramos freqüentemente indicações de como andavam vestidos, seus tipos de habitação, hábitos alimentares, armas e utensílios, regiões onde habitavam, acompanhadas de ilustrações e mapas geográficos e de uma série de outras informações que, genericamente, podem ser classificadas de usos e costumes. O *elemento negro* é também bastante descrito, mencionando-se sobretudo as regiões de onde provieram os *escravos*, as nações a que pertenciam e hábitos e costumes que *trouxeram para o Brasil*.

Entretanto, no tocante ao *português branco*, a informação mais completa que podemos obter é que dele “herdamos grande parte de nossas instituições políticas e sociais, nossa língua e religião” – como dizem todos os textos. Quais eram essas instituições? Como funcionavam? Que modalidades apresentavam quando de sua atualização no Brasil? Como estava organizada a sociedade portuguesa na época do descobrimento? Muito pouco nos é dito. É bem verdade que existem variações no tipo e quantidade de informações transmitidas, e alguns livros vão a detalhes da cozinha e da arquitetura portuguesa. Esta não é, porém, a regra. O normal é a ênfase nos aspectos institucionais: língua, religião, costumes, sempre associados a “organização política, social e econômica”, e sem que nenhum livro apresente de forma desenvolvida “as nossas instituições políticas e sociais”.

O *português* é identificado como *branco colonizador*: os livros muitas vezes se referem de forma indistinta a *português*, a *uropeu*, a *colonizador*. Por exemplo: “os europeus e os indígenas”; “Ao contrário dos europeus, que usavam roupas e pouco cuidado tinham com a higiene, o indígena andava nu e banhava-se várias vezes ao dia” (Pimentel, 1981, p. 35). A superposição das categorias português/europeu/civilizador, funciona, neste caso, como garantia de conhecimento. *Branco europeu civilizador* significa hábitos, costumes, padrões de comportamento que são familiares, com os quais me identifico. Contudo, abre-se aí a brecha para que uma longa série de significados possam ser atribuídos a Portugal e aos portugueses.

Por um lado, a ausência de descrição das instituições, “que herdamos dos portugueses”, faz com que se suponha que as instituições brasileiras, tais quais estão aqui hoje, foram as que os portugueses trouxeram para o Brasil. Na verdade, o que parece estar aqui sendo tematizado é a presença de Portugal no Brasil apenas a partir do elemento *descoberta*, ingresso na civilização e criação do Brasil como um país. Língua e religião, bem como os domínios que fazem do Brasil um país

“civilizado”, são aportes atribuídos aos portugueses como colonizadores na medida em que é essa a função exclusiva que se espera que tenham desempenhado.

Por outro lado, essa ausência de elementos sobre o Portugal da época e sobre o português concreto que saía de uma sociedade específica, a portuguesa na altura da Descoberta, permite a construção de uma imagem negativa dos *portugueses brancos* que vieram para o Brasil. Afirma-se que “os portugueses vieram para o Brasil esperando enriquecer” e que “foram esses homens que, incentivados pelos bons preços dos produtos coloniais, fundaram povoações” (Vilela, s.d.p.70). Ou seja, o *português* que nos chega vem com objetivos exclusivamente individuais e é com base nestes que acaba fazendo alguma coisa no Brasil. Como se não houvesse por detrás dele nenhum modelo social, nenhuns hábitos e costumes, e nem sequer um projeto português de colonização determinando o seu comportamento social no Brasil.

Este traço é ainda mais agravado com a representação, corrente nos livros didáticos, de que de Portugal só nos vieram elementos detritários: degredados, foragidos, criminosos, prostitutas. Um aluno do ensino secundário expressou muito bem o senso comum existente sobre o assunto, que é repetidamente atualizado nos livros didáticos: “Também, tendo sido colonizado por prostitutas, degredados e criminosos, o Brasil só poderia dar no que deu”. Os livros didáticos sempre mencionam a “semente populacional” deixada por Cabral no Brasil: dois degredados e um grumete que fugiu do navio. Eles, junto com os naufragos João Ramalho e Caramuru, é que teriam dado início à *miscigenação* e viabilizado a colonização posterior.

A “baixa qualidade dos portugueses” faz-se assim presente no mito das *três raças* que teriam dado origem à *brasileira*: “Três raças humanas se encontraram no Brasil desde os primeiros tempos da colonização, a branca, a negra e a dos aborígenes. A branca era representada principalmente pelos portugueses, em geral de baixa qualidade, aventureiros desprovidos dos sentimentos nobres mais elementares” (Souza Reis, 1930, p. 44). Ou seja, temos um *colonizador* que propiciou a *miscigenação* — “o sangue branco, constituiu o grande rio cujos afluentes são o índio e o africano” (Silva, 1964, p. 62) — mas que para ela contribuiu com a pior parte da *raça branca*: um *português* e detritário, degredado, o próprio avesso do *européu civilizado*.

Desta maneira construímos a imagem de que temos no ápice da escala racial um *colonizador branco* sem hábitos e sem costumes — que os *índios* têm — e sem pertencimento a nações geográfica e socialmente distantes mas estruturadas — que os *negros* têm. O espécime da *raça branca* que nos chegou veio apenas pelo *mar* e pela fuga de um modelo social coerente. Dele não podemos, portanto, esperar qualquer orientação socialmente positiva. O traço da imagem de Portugal

e dos portugueses que acabamos de ver tem, é claro, implicações na imagem da incapacidade administrativa e política e na “presença e rejeição compulsória de Portugal no Brasil”. Vejamos porém estes aspectos em sua lógica própria.

5.2 Incapacidade político-administrativa de Portugal

Portugal é-nos recorrentemente apresentado como um colonizador incapaz, do ponto de vista administrativo. Todas as modalidades de regimes político-administrativos que aqui vigoraram foram um fracasso: as expedições exploradas não deram certo: vieram capitânias hereditárias que fracassaram; segue-se, então, o governo geral; o vice-reinado; e assim por diante.

Todas essas medidas são apresentadas como formas momentâneas de tentar viabilizar o País, já que o sistema precedente não tinha funcionado. A cada nova etapa administrativa descrita, segue-se o silêncio sobre a anterior, de modo que nunca se sabe a solução de continuidade ao que antes vigorava. A impressão que fica é que Portugal não tinha um plano elaborado de colonização do Brasil e que funcionou sempre na base do improvisado. As medidas que eram bem sucedidas eram preservadas. As que eram mal sucedidas simplesmente descartavam-se.

Nunca se salienta, por exemplo, que vários desses regimes administrativos perderam paralelamente à adoção de novas medidas e de novos rótulos, como foi o caso das capitânias hereditárias. Estas duraram quase 300 anos, sobrepondo-se aos novos sistemas que foram sendo adotados. Entretanto, elas são julgadas um fracasso e analisadas apenas pelos 17 anos em que vigoraram antes da instalação do governo geral — ou seja entre 1532 e 1549. Os livros didáticos não se detêm nunca na relação existente entre as capitânias e os outros sistemas e, assim, a falta de contextualização do *fracasso* permite que se construa uma imagem de total inépcia administrativa.

Além do mais, esta incapacidade é, implicitamente, apresentada como atributo exclusivo de Portugal. O sistema de deixar a cargo do capital privado a colonização e o desenvolvimento das *novas terras* foi prática comum de vários países europeus, no decorrer do século XVI. Já tinha sido usado por Portugal, com sucesso, nos Açores e na Madeira e os holandeses também o utilizaram. Porém, estes fatos nunca são referidos pelos textos didáticos e, assim, vemos as *capitânias hereditárias* servirem de contraste para as informações sobre a permanência dos holandeses em Pernambuco, e para a paradigmática gestão de Maurício de Nassau do *Brasil holandês*. Todo este período é apresentado aos olhos estudantis como de prosperidade e desenvolvimento, dando origem a frases como a que nos disse, em tom irônico, um estudante do ensino secundário: “Teria sido tão bom que os holandeses tivessem conquistado todo o Brasil!”

Está aí suposto um modelo de colonização coerente, estruturado, e os livros didáticos, sobretudo os mais antigos, detêm-se longamente nessa discussão: “Se o Brasil holandês fosse sempre governado por homens do valor do conde de Nassau, em vez de se ter feito uma guerra para expulsar os holandeses do Brasil, ter-se-ia feito uma guerra para entregar todo o Brasil à Holanda” (Corrêa, 1935, p. 106). Nassau é-nos apresentado, aliás, em conflito com os interesses da companhia mercantil que representa: “Entretanto sua política de valorizar a colônia, nela empregando grande parte das suas rendas, desagradou à Companhia, sempre ansiosa de vultosos lucros, a qual começou a criar-lhe dificuldades. (. . .) Foi substituído por três negociantes holandeses que, por seus abusos, impeliram os pernambucanos à revolta” (Moraes, 1960, p. 113).

Maurício de Nassau configura assim, nos textos didáticos, um exato oposto e positivo, da maneira como encaramos a política administrativa portuguesa. Está na colônia e preocupa-se em trazer para ela os traços de “fidalguia” da sociedade holandesa que representa, desde arquitetura, a melhoramentos urbanos, cultura e até ciência: “Cercou-se de homens cultos, artistas e cientistas, que estudaram e representaram coisas e aspectos do Brasil” (Moraes, 1960).

Na medida em que os aspectos gerais da administração e da realidade colonial brasileira não são contextualizados, datados e relacionados uns com os outros, mas antes apresentados em blocos estanques, a imagem que nos fica dos livros didáticos é a de que a administração de Maurício de Nassau – de 1637 a 1644 – pode e deve ser comparada ao símbolo maior da administração colonial portuguesa – o século XVI e o fracasso do sistema das capitanias hereditárias, entre 1530 e 1547, antes do governo geral.

Em torno das capitanias constrói-se então, no rei de Portugal, a figura de um administrador distante, que se limita a enviar-nos os piores elementos da sua sociedade: “Apesar das vantagens oferecidas não se apresentaram a D. João III, dignos de confiança, muitos pretendentes (. . .), o que determinou que viessem em maior número degredados e outras espécies de gente pouco recomendável” (Souza Reis, 1930, p. 41). Nada do que nos veio de Portugal veio completo ou veio bom. Chegou-nos uma sociedade anônima, cuja organização político-administrativa fica, assim, duplamente colocada a distância. Tivemos apenas seus elementos detritários e é, pois, natural que daí só pudessem resultar malogros, fracassos, e nenhum modelo civilizatório positivo: “Não é para admirar que assim tivesse falhado a colonização pelas capitanias hereditárias, quando tudo concorria para este malogro: a vastidão da terra, o isolamento, a instabilidade dos povoados sempre ameaçados, e a ruim qualidade da maioria da gente que para o Brasil era mandada” (Souza Reis, 1930, p. 43).

A distância, o vácuo civilizatório onde o Brasil teria, por causa de Portugal, se engendrado é, portanto, tematizado na nostalgia com que se fala da administração de Nassau. Esta imagem de vácuo civilizatório construída nos livros didáticos ganha seus contornos mais nítidos e mais dramáticos no que denominamos “rejeição e presença compulsória de Portugal no Brasil”. Este aspecto é sempre enfatizado – não sob estes termos, é claro – no início das informações sobre a história colonial. É dos mais abrangentes e ilustra exemplarmente o dilema que o Brasil escolheu representar na imagem que construiu de Portugal como seu colonizador.

5.3 Ausência e presença compulsória de Portugal no Brasil

Um último aspecto que nos parece recorrente na formação da imagem de Portugal diz respeito ao que, genericamente, chamamos de ausência e/ou presença compulsória de Portugal no Brasil. Debaixo desse rótulo queremos englobar todos aqueles momentos da nossa história em que os fatos são representados de forma a caracterizar, mesmo que não intencionalmente, a idéia de que Portugal assumiu o Brasil como colônia apenas quando não lhe restava mais nenhuma alternativa a não ser perdê-lo para corsários franceses e espanhóis e curvar-se diante do fracasso da empresa do Oriente, procurando outras fontes de riqueza.

As explicações para o envio das primeiras expedições exploradoras e para os primeiros habitantes do Brasil são sempre antecedidas pela veiculação desta idéia: “Quando correu na Europa a notícia do descobrimento da Terra de Vera Cruz, houve uma grande alegria. Só um país se interessou muito pouco por isso, justamente o dono da terra – Portugal” (Corrêa, 1936, p. 57); “Quase abandonada a terra pela metrópole, a quem parecia mais valiosa a conquista da Índia, teve a do Brasil diminuto progresso nos primeiros 30 anos” (1930); “A perda de navios e homens em naufrágios e combates contra os árabes nas guerras do Oriente superavam os lucros com as especiarias enviadas ao reino; no Brasil poderiam existir metais preciosos. Na esperança de encontrá-los D. João III resolveu tentar o povoamento” (Pimentel, 1981, p. 38).

A idéia passada pelos textos de várias épocas – como as datas das citações indicam – é que Portugal só assumiu o Brasil quando não havia mais opção de não fazê-lo. Temos a imagem de uma presença compulsória nos primeiros anos; ou então exclusivamente interesseira, associada ao desenvolvimento posterior das indústrias extrativas. É bem verdade que, quanto mais recente é o texto didático menos acentuada é a imagem do abandono do Brasil por Portugal. Alguns livros procuram até contestá-la explicitamente: “Mas o Brasil não foi totalmente abandonado. Apesar daquele pouco entusiasmo, D. Manuel cuidou para que a terra descoberta por Pedro Álvares Cabral não fosse abandonada. Para tanto, mandou ao Brasil várias expedições” (Pimentel, 1981, p. 24).

A imagem de “rejeição” do Brasil por Portugal — para lançar mão de um termo psicanalítico — em relação aos primeiros tempos é atenuada no texto propriamente dito dos livros didáticos atuais. A ênfase menor no texto é substituída, contudo, por ilustrações da idéia, sempre caricatas, simplificadoras, e pelos exercícios de fixação. Numa ilustração, paradigmática no sentido de sintetizar com clareza todas essas apropriações, o Brasil é apresentado como um enorme bebê, vestido apenas de fraldas, chorando copiosamente diante dos reis de Portugal, seus pais metafóricos. Outra ilustração mostra-nos um eufórico homenzinho, no papel de Portugal, deixando escapar por entre os dedos um furioso passarinho, que representa nossas indústrias extrativas mas também o Brasil, e para o qual o homem olha guloso, imaginando as riquezas que daí irá auferir. Um outro exemplo é-nos dado por um “exercício de fixação”: “3. Diante do perigo de perder a posse da terra o rei de Portugal: () desinteressou-se e resolveu abandonar o Brasil em definitivo ou () tratou de iniciar a ocupação efetiva da terra” (Hermida, 1984, p. 37).

Vê-se, então, uma justaposição de duas idéias. Portugal abandona, rejeita, não quer o Brasil nos primeiros momentos. Interessa-se apenas quando se dá conta das riquezas que poderia auferir. Mas aqui as riquezas apontam já para que o Brasil é grandioso, apesar de Portugal. A atribuição a Portugal de um fito exclusivamente interesseiro é uma maneira de ilustrar a sua incapacidade de ocupar, administrar, em suma, de ser um bom colonizador do Brasil. Aceita administrar o Brasil tardiamente e fracassa. Fracasso que se deve à incapacidade de perceber que deveria construir aqui um novo modelo orgânico de sociedade, enviando-nos o melhor da civilização européia.

Precisamos de uma metrópole, de uma figura de colonizador, para nos descobrir e para simbolizar nossa unidade. Foi Portugal, assim seja. Mas Portugal abandonou-nos, mandou-nos o pior, não soube administrar-nos. Daí em diante o Brasil irá definir-se como um país que existiu apesar de Portugal, com as características que escolheu para identificar-se externamente. Cabe agora ao Brasil relegar Portugal para o passado, para a figura de mau colonizador, símbolo de uma série de potencialidades de Brasil que ficaram só na possibilidade. Ou seja, cabe agora ver Portugal como uma presença que o Brasil encara como compulsória, que queremos que se torne ausente, que se vá embora.

Resguardemos a figura de Portugal no nosso passado apenas para garantir o “Brasil, para inglês ver”, para poder afirmar que os diferentes domínios da sociedade brasileira são coerentes, são cordatos entre si. Internamente ponhamos Portugal no passado, atribuamos-lhe todos os males, os dilemas, os problemas, que nos causa a inexistência cotidiana da coerência pretendida entre os diferentes domínios da sociedade brasileira.

6. Comentários conclusivos

Como esperamos que tenha ficado claro, não se tratou de negar ou de afirmar a ocorrência dos fatos apresentados nos livros didáticos de história do Brasil. Nem, em momento algum, quisemos propor novas fórmulas para os diferentes capítulos que tratam da nossa história colonial, Quisemos, isto sim, perceber como a ênfase que é dada a determinados aspectos em detrimento de outros e o modo como são tratados obedecem a critérios que nada têm de “natural”, de “objetivo”, ou de “dado *a priori*”.

As imagens construídas nos livros didáticos de história do Brasil sobre Portugal e sobre os portugueses e sobre seu desempenho na nossa história colonial são, antes de tudo, indicadores dos aspectos que consideramos básicos, fundamentais, na nossa identidade como país. Enquanto o passado e a história continuarem a ser tratados a partir da configuração de valores — e das dificuldades que impõe, mas que gostaríamos que não existissem — do Brasil de hoje, os contornos atribuídos a Portugal serão aqueles que vimos. O sentido que damos à nossa história colonial define o papel que demarcamos para Portugal.

Lista dos livros didáticos consultados

Alcântara, Paulo Cesar. *História do Brasil*. São Paulo, Ed. do Brasil, 1962.

Alencar, Álvaro D. *História do Brasil — evolução econômica, política e Social*. s.l.n.d.

Almeida, Antônio Figuera. *História fluminense — 1ª parte: Do início até a Independência do Brasil. Período colonial*. Niterói, Casa Ed. Jeronymo Silva, 1929.

Brito, J. et alii, 1975. *Estudos sociais*. São Paulo, Ed. Nacional. 1975.

Corrêa, Viriato. *História do Brasil para crianças*. São Paulo, Nacional, 1935.

Fontoura, Amaral. *Organização social e política do Brasil*. Rio de Janeiro, Aurora, 1967.

Hermida, Borges. *História do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1984.

Julierme. *História do Brasil. Unidade nacional. Os elos de sua integração*. São Paulo, Ibep, 1981.

Matos, Alexandre. *Organização social e política brasileira*. São Paulo, Ibep, 1984.

- Milano, Miguel. *Meus exames*. São Paulo, Livraria Teixeira, 1935.
- Moraes, João Barbosa. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1960.
- Mussumeci, Vitor. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. do Brasil, 1968.
- Pimentel, Wanda Jaú. *História do Brasil*. São Paulo, Ibep, 1981.
- Proença, Lago. *História do Brasil*. São Paulo, Ibep, 1981.
- Ribeiro, João. *História do Brasil*. 13 ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1935.
- Santos, Maria Januária V. *História do Brasil*. São Paulo, Ática, s.d.
- Silva, Joaquim. *História do Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1944/1964.
- Siqueira, A. & Bertolin, R. *Atividades de educação moral e cívica*. São Paulo, Ibep, 1969.
- Souza Reis, O. *Noções de história do Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1930.
- Teixeira, Francisco. *Brasil: a terra e o povo*. São Paulo, Ática, 1977.

Referências bibliográficas

DaMatta, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis, Vozes, 1981.

_____. et alii. O lugar de Portugal: considerações sobre a representação brasileira de Portugal e dos portugueses nos jornais diários. In: *Ciência e cultura*, 1987. no prelo.

_____. Totemismo. In: Silva, B. et alii. *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1986.

Eco, Umberto. *A obra aberta*. São Paulo, Perspectiva, 1976.

Foucault, Michel. *As palavras e as coisas*. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1985.

Lévi-Strauss, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo, Nacional/Edusp, 1970.

———. *Totemismo hoje*. Petrópolis, Vozes, 1975.

Rocha, Everardo Guimarães. Um índio didático. In: Rocha et alii. *Testemunha ocular*. Rio de Janeiro. Tempo Literário, 1979.